

## REBELIÕES NATIVISTAS

Do século XV ao XVIII, o capitalismo comercial serviu para acumular capitais e ampliar os mercados consumidores, por meio da política econômica mercantilista baseada no metalismo, numa balança comercial favorável e na intervenção do estado na economia com o propósito de organizá-la. O colonialismo surgiu como uma maneira mais fácil de as potências européias garantirem um balanço comercial favorável. O pacto colonial formalizou as relações entre as colônias e as metrópoles em benefício das últimas.

Na segunda metade do século XVIII, no entanto, o capitalismo comercial já havia cumprido sua função: abundantes riquezas concentravam-se nos centros europeus, ao mesmo tempo em que se processava a integração econômica dos mercados mundiais. Como veremos, os sinais da superação do capitalismo comercial afloravam.

O mercado consumidor, ampliado durante a Revolução Comercial, exigia mais mercadorias. O capital acumulado pela burguesia comercial nesse período de três séculos passou a ser investido na produção. As inovações tecnológicas dos séculos XVII e XVIII possibilitaram o surgimento da indústria fabril na Inglaterra. Iniciava-se a Revolução Industrial.

A Inglaterra foi, durante 70 anos, o único país industrializado do mundo. Não é de estranhar, portanto, que ela se posicionasse a favor do livre comércio, e o pacto colonial era, sem dúvida, a maior das barreiras a ele. Assim, a Inglaterra passou de fervorosa adepta do colonialismo a intransigente incentivadora da independência das colônias. Independentemente, as ex-colônias fariam parte do mercado consumidor para os manufaturados ingleses, além de fornecerem matérias-primas a baixo preço.

Em contraposição ao mercantilismo, surgiu na Inglaterra o liberalismo econômico, teoria que pregava a não-intervenção do Estado na economia, a livre concorrência e o fim do pacto colonial. Essa teoria justificou e impulsionou o capitalismo industrial a partir da segunda metade do século XVIII.

Países como Portugal e Espanha, que não criaram condições para a industrialização, entraram em franca decadência econômica. Em consequência apertaram as malhas da exploração colonial, estimulando também – mas de forma indireta – a independência dos países colonizados.

O capitalismo comercial se deteriorava, tornando cada vez mais insustentáveis as pretensões exploradoras da metrópole.

### *AS CONTRADIÇÕES DA COLONIZAÇÃO*

A crise do capitalismo comercial português e os interesses ingleses não são suficientes para explicar o desmoronamento do sistema colonial. As contradições internas do processo de colonização foram os fatores determinantes.

Não se pode negar que a colonização, mesmo tendo caráter francamente explorador, promoveu o crescimento do Brasil Colônia, durante os dois séculos em que predominou. As elites dominantes locais, apesar das divergências momentâneas, beneficiavam-se com a própria dominação que sofriam. No entanto, os mesmos instrumentos responsáveis pelo crescimento da economia colonial tornaram-se, a partir do século XVIII, insuportáveis a população colonial.

Os monopólios, a severa fiscalização e a alta tributação coincidiram com uma situação internacional propícia a independência. O pacto colonial, antes considerado um “pacto entre irmãos”, ficava nitidamente caracterizado como beneficiador apenas das metrópoles. Se ele, bem ou mal, até então havia favorecido o crescimento econômico das colônias, agora representava um obstáculo aos povos colonizados, que pretendiam percorrer seus próprios caminhos.

As primeiras rebeliões não se manifestaram com a idéia de conseguir a independência do Brasil. Essas manifestações, chamadas de ***Rebeliões Nativistas***, a princípio apenas contestavam alguns aspectos específicos do pacto colonial, não a dominação integral da metrópole. Além disso, tinham um caráter regionalista, não se preocupando com a unidade nacional. Ocorreram entre 1641 e 1720 e foram, na prática, esforços de defesa contra certos aspectos da exploração colonial. Daí a idéia de autonomia completa em relação a Portugal foi um longo processo.

Somente um século depois, quando a exploração da colônia se agravou-se que as rebeliões adquiriram um caráter de libertação nacional. Os objetivos deixaram de ser restritos, exigindo-se a extinção do pacto colonial e a autonomia política.

## ***AS REBELIÕES***

As principais rebeliões nativistas ocorridas no Brasil foram:

### ***A aclamação de Amador Bueno (1641)***

No início do século XVII, as condições econômicas da região de São Vicente eram precárias, sustentando-se basicamente do apresamento de índios. Os jesuítas reagiram contra a escravização de indígenas efetuada pelos bandeirantes, exigindo que a metrópole a proibisse. Autoridades da colônia, contudo, não aceitaram a interdição metropolitana e incentivaram a expulsão dos jesuítas, ocorrida no ano de 1641. No mesmo ano, os paulistas tentaram desligar-se de Portugal e aclamaram rei Amador Bueno. O movimento, entretanto, esfriou e a idéia foi abandonada.

### ***A Revolta dos Beckman – Maranhão (1684)***

Em 1682, Portugal criou a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão para apoiar o desenvolvimento econômico do norte do Brasil, especialmente pelo incentivo a lavoura canavieira. Em troca, do monopólio do comércio da região com a metrópole por vinte anos, a empresa comprometia-se a fornecer aos proprietários e moradores escravos africanos – 500 por ano, pelo menos – ferramentas, utensílios e gêneros de consumo. Na prática, logo se viu que o projeto oficial não funcionaria: além de não providenciar o fornecimento regular dos bens que eram de sua responsabilidade, sobretudo escravos, a companhia ainda fraudava os pesos e medidas, os preços dos produtos e a contabilidade de seus negócios.

Ao invés de melhorar, a situação agravou-se. A economia, especialmente a agricultura exportadora, dependente de mão-de-obra escrava, desorganizou-se. Os proprietários, irritados e descontentes, reagiram contra a companhia. Liderados pelos irmãos Manuel e Tomás Beckman, importantes donos de terra e de engenhos, os maranhenses rebelaram-se em São Luís a 24 de fevereiro de 1684. Assumiram o controle do governo local e exigiram o fechamento da companhia, enquanto Tomás Beckman era enviado a Lisboa para assegurar a fidelidade dos maranhenses a Coroa. Com o apoio de outras ordens religiosas,

como carmelitas e franciscanos, determinaram a expulsão para a Bahia dos padres jesuítas, contrários a escravização dos indígenas, uma velha prática dos colonos.

Antes que pudesse espalhar-se por outras capitanias, a rebelião foi contida pelas autoridades do Maranhão. Presos e sumariamente julgados, os irmãos Beckman foram enforcados, juntamente com Jorge Sampaio, enquanto outros chefes eram condenados a longas penas de prisão. Em compensação, a metrópole viu-se obrigada a reconhecer os erros da companhia mercantil, que perdeu seus privilégios e foi extinta em 1685.

### ***A Guerra dos Emboabas (1708-1709)***

Apesar da fome que assolou as Minas em 1696-1698 ter sido terrível, uma crise de desabastecimento ainda mais devastadora se abateria sobre a região em 1700. Três anos depois da descoberta das primeiras jazidas, cerca de 6 mil pessoas tinham chegado às minas. Na virada do século XVIII, esse número quintuplicara: 30 mil mineiros perambulavam pela área. Simplesmente não havia o que comer: qualquer animal ou vegetal que pudesse ser consumido já o fora. “Chegou à necessidade a tal extremo que se aproveitavam dos imundos animais e, faltando-lhes esses para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos para comerem cascas e raízes”, relatou o governador Artur de Sá a Corte, em 1701. Foram devorados sapos, iças, cobras e “bichos mui alvos criados em paus pobres”, cuja ingestão às vezes era fatal aos famintos. Formigas tostadas viraram uma iguaria comparada a “melhor manteiga de Flandres”. Os preços de qualquer comestível que chegava a região se tornaram exorbitantes: quando os baianos abriram o caminho que, pelas margens do São Francisco, conduzia ao pólo minerador, um boi, que em Salvador valia 4 mil-réis, era revendido nas Minas por 96 mil-réis. No Caeté, uma galinha valia 14 gramas de ouro.

O pior estava por vir. “Morreu muita gente naquele tempo, de doença e necessidades e outros que matavam para os roubar, na volta, que levavam ouro (...) matavam uns aos outros pela ambição de ficarem com ele, como aconteceu em muitos casos”, anotou uma testemunha ocular. Em 1707, o previsível aconteceu: rebentou a guerra nas Minas Gerais. De um lado, os paulistas, de outro, os “forasteiros”, chamados de emboabas.

A Guerra dos Emboabas prolongou-se por quase três anos e deixou duas centenas de mortos. Seus episódios são confusos e contraditórios e os relatos a época foram redigidos por partidários de uma facção ou de outra. A seguir, o resumo do conflito e seus desdobramentos:

***O que foi:*** A Guerra dos Emboabas foi o confronto entre os paulistas – descobridores das minas e dos caminhos que levavam até elas – e os forasteiros (especialmente portugueses), que chegaram depois e se apoderaram (pela força das armas ou do dinheiro) de algumas das melhores lavras. Os paulistas queriam exclusividade na mineração.

***Quanto durou:*** O primeiro confronto deu-se em maio de 1707, quando um paulista matou o português dono de uma estalagem em Ponta do Morro (vilarejo próximo a São João Del-Rei). O último combate ocorreu a 22 de novembro de 1709, quando, depois de oito dias de luta, os paulistas desistiram de tentar tomar o arraial onde os emboabas estavam entrincheirados.

***Como começou:*** Depois do incidente em Ponta do Morro, três episódios semelhantes ocorreram em menos de um semestre. Em todos eles, um paulista matara um emboaba por motivo fútil. Sob a liderança de Manoel Nunes Viana – um influente comerciante

minerador que viera da Bahia -, os emboabas reagiram, incendiando Sabará e expulsando boa parte dos paulistas da zona das minas. Então, em 1708, o próprio Nunes Viana se tornou “governador” da região das minas, assumindo o posto antes ocupado pelo paulista Borba Gato. Diz à lenda que, ao chegarem em casa derrotados, os paulistas foram forçados por suas mulheres a retornar ao campo de batalha. Apesar de terem matado oitenta emboabas durante o sítio ao Arraial novo, não conseguiram a vitória.

*A palavra emboaba:* Existem dezenas de explicações etimológicas, mais o mais provável é que seja um termo vindo do tupi amô-abá, cujo significado é “estrangeiro”.

*Conseqüências:* Na prática, os paulistas perderam o controle das minas, mas, em 1710, São Paulo acabaria se tornando uma capitania independente.

### ***A Guerra dos Mascates (1710-1712)***

Outras lutas ocorreram entre os proprietários de terra na colônia e os comerciantes reinóis, chamados em Pernambuco de mascates.

Quando os holandeses foram expulsos em 1654, os produtores pernambucanos perderam mercado de açúcar para os antilhanos. A elite comercial de Recife, formada por portugueses, passou a financiar a produção açucareira, centralizada em Olinda, cobrando elevadas taxas e executando hipotecas.

Apesar da superioridade econômica, os comerciantes portugueses de Recife não tinham autoridade política, pois a Câmara Municipal (sede do poder político local) localizava-se em Olinda. Em 1710, os recifenses conseguiram a carta régia de emancipação política e administrativa de Recife, construindo na cidade o pelourinho (marco de pedra que simbolizava o poder municipal. Era também utilizado para castigar escravos e criminosos), que simbolizava a autonomia administrativa do lugar.

Os olindenses não aceitaram a perda do controle administrativo de Recife e, sob a chefia de Bernardo Vieira de Melo, invadiram a cidade e derrubaram o pelourinho. Os mascates se organizaram e partiram para a reação.

A Coroa resolveu intervir, nomeando um novo governador, que pôs fim ao conflito e confirmou a autonomia de Recife. Outra vez se evidenciavam contradições entre os interesses coloniais e os metropolitanos.

### ***A revolta de Vila Rica ou de Filipe dos Santos (1720)***

No início de 1720, chegou à região das minas a notícia da criação das Casas de Fundição pela Coroa portuguesa. Os mineradores sabiam o que isso significava: restrição a livre circulação de ouro em pó, obrigatoriedade de fundir todo o ouro extraído e cobrança dos quintos pelas mesmas fundições oficiais. Para piorar a situação, noticiava-se também a extinção das Ordenanças, tropas formadas em grande parte por gente da terra. Com a medida, permaneciam apenas os regimentos dos Dragões, compostos e comandados por soldados e oficiais portugueses.

As reações não tardaram. Junto com manifestações de indignação das camadas mais altas contra impostos e monopólios, verificaram-se protestos e desordens na maioria das vilas e povoados minérios, envolvendo as camadas mais baixas da população. Aos poucos, o sentimento de insatisfação popular assumiu proporções de rebelião.

Em junho de 1720, a revolta eclodiu em Vila Rica. Sob a liderança de Filipe dos Santos, um pequeno minerador português, cerca de dois mil manifestantes marcharam sobre

Ribeirão do Carmo (atual Mariana), onde se encontrava a sede do governo de Minas. Exigiam a suspensão das decisões anunciadas, redução dos quintos e dos registros nas estradas e concessão de anistia geral para os envolvidos.

O governo do Conde de Assumar, no entanto, depois de simular a aceitação das exigências, determinou a imediata repressão do movimento par acabar com “todas as desordens”. Vila Rica foi retomada pelos Dragões já em agosto e os principais chefes rebeldes foram presos. Filipe dos Santos sofreu a pena mais cruel. Sumariamente enfocado, seu corpo foi amarrado à cauda de um cavalo e arrastado pelas ruas da vila.

A revolta de Vila Rica foi fundamental para o amadurecimento da consciência colonial. Por outro lado, inaugurou um período de sangrentas repressões desferidas pela metrópole. O antagonismo entre a colônia e a metrópole é retratada nas últimas palavras de Filipe dos Santos: “Morro sem em arrependimento do que fiz e certo de que a canalha do rei será esmagada”. Era o prenúncio das futuras rebeliões que se desencadeariam no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, exigindo a independência política em relação a Portugal.

*PARA SABER MAIS*

LIVRO – AFONSO, Eduardo José. A guerra dos Emboabas. Ática